

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

Abreviaturas utilizadas.....	21
Prefácio à 6.ª edição	25
Prefácio à 5.ª edição	26
Prefácio à 4.ª edição	27
Prefácio à 3.ª edição	28
Prefácio à 2.ª edição	29
Prefácio à 1.ª edição	31
Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro	33

DECRETO-LEI N.º 433/99, DE 26 DE OUTUBRO

Artigo 1.º – Aprovação	36
Artigo 2.º – Revogação	37
Artigo 3.º – Continuação em vigor	38
Artigo 4.º – Entrada em vigor	38
Artigo 5.º – Unidade de conta	41
Artigo 6.º – Disposições especiais.....	44
Artigo 7.º – Tributos administrados por autarquias locais.....	53
Artigo 8.º – Constituição de fundo	57
Artigo 9.º – Processos aduaneiros	58
Artigo 10.º – Remissões.....	59

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Âmbito e direito subsidiário

Artigo 1.º – Âmbito.....	63
Artigo 2.º – Direito subsidiário	66

CAPÍTULO II

Dos sujeitos procedimentais e processuais

SECÇÃO I

Da personalidade e capacidade tributárias

Artigo 3.º – Personalidade e capacidade tributárias	73
Artigo 4.º – Intervenção das sucursais.....	78

ÍNDICE

Artigo 5.º – Mandato tributário	79
Artigo 6.º – Mandato judicial	84
Artigo 7.º – Curador especial ou provisório	102
Artigo 8.º – Representação das entidades desprovidas de personalidade jurídica mas que dispõem de personalidade tributária e das sociedades ou pessoas colectivas sem representante conhecido	107

Secção II Da legitimidade

Artigo 9.º – Legitimidade.....	112
--------------------------------	-----

Secção III Da competência

Artigo 10.º – Competências da administração tributária.....	138
Artigo 11.º – Conflitos de competência.....	157
Artigo 12.º – Competência dos tribunais tributários	163
Artigo 13.º – Poderes do juiz	173
Artigo 14.º – Competência do Ministério Público.....	189
Artigo 15.º – Competência do representante da Fazenda Pública.....	198
Artigo 16.º – Incompetência absoluta em processo judicial	217
Artigo 17.º – Incompetência territorial em processo judicial	247
Artigo 18.º – Efeitos da declaração judicial de incompetência	254
Artigo 19.º – Deficiências ou irregularidades processuais	267

Secção IV Dos actos procedimentais e processuais

SUBSECÇÃO I Dos prazos

Artigo 20.º – Contagem dos prazos	270
Artigo 21.º – Despacho e sentenças. Prazos	289
Artigo 22.º – Promoções do Ministério Público e do representante da Fazenda Pública. Prazo	294
Artigo 23.º – Prazos fixados	296
Artigo 24.º – Passagem de certidões e cumprimento de cartas precatórias. Prazos	299
Artigo 25.º – Cumprimento dos prazos	306

SUBSECÇÃO II Do expediente interno

Artigo 26.º – Recibos	308
Artigo 27.º – Processos administrativos ou judiciais instaurados. Extracção de verbetes. Averbamentos. Verbetes de cartas precatórias.....	322
Artigo 28.º – Arquivo.....	323
Artigo 29.º – Modelo dos impressos processuais	324
Artigo 30.º – Consulta dos processos administrativos ou judiciais	325
Artigo 31.º – Editais	331
Artigo 32.º – Restituição de documentos	333

ÍNDICE

Artigo 33.º – Processos administrativos ou judiciais concluídos	334
Artigo 34.º – Valor probatório dos documentos existentes nos arquivos da administração tributária	336

SUBSECÇÃO III Das notificações e citações

Artigo 35.º – Notificações e citações	338
Artigo 36.º – Notificações em geral	340
Artigo 37.º – Comunicação ou notificação insuficiente	348
Artigo 38.º – Avisos e notificações por via postal ou telecomunicações endereçadas	369
Artigo 39.º – Perfeição das notificações	381
Artigo 40.º – Notificações aos mandatários	394
Artigo 41.º – Notificação ou citação das pessoas colectivas ou sociedades	40
Artigo 42.º – Notificação ou citação do Estado, das autarquias locais e dos serviços públicos	404
Artigo 43.º – Obrigação de participação de domicílio	406

TÍTULO II Do procedimento tributário

CAPÍTULO I Disposições gerais

Artigo 44.º – Procedimento tributário	413
Artigo 45.º – Contraditório	424
Artigo 46.º – Proporcionalidade	449
Artigo 47.º – Duplo grau de decisão	451
Artigo 48.º – Cooperação da administração tributária e do contribuinte	453
Artigo 49.º – Cooperação de entidades públicas	456
Artigo 50.º – Meios de prova	457
Artigo 51.º – Contratação de outras entidades	461
Artigo 52.º – Erro na forma de procedimento	462
Artigo 53.º – Arquivamento	464
Artigo 54.º – Impugnação unitária	466

CAPÍTULO II Procedimentos prévios de informação e avaliação

Artigo 55.º – Orientações genéricas	490
Artigo 56.º – Base de dados	493
Artigo 57.º – Informações vinculativas	494
Artigo 58.º – Avaliação prévia	499

CAPÍTULO III Do procedimento de liquidação

SECÇÃO I Da instauração

Artigo 59.º – Início do procedimento	500
--	-----

ÍNDICE

SECÇÃO II

Da decisão

Artigo 60.º – Definitividade dos actos tributários	515
--	-----

SECÇÃO III

Dos juros indemnizatórios

Artigo 61.º – Juros indemnizatórios	525
---	-----

SECÇÃO IV

Procedimentos próprios

Artigo 62.º – Acto de liquidação consequente	575
Artigo 63.º – Aplicação das normas antiabuso	579
Artigo 64.º – Presunções	585

CAPÍTULO IV

Do reconhecimento dos benefícios fiscais

Artigo 65.º – Reconhecimento dos benefícios fiscais	594
---	-----

CAPÍTULO V

Dos recursos hierárquicos

Artigo 66.º – Interposição do recurso hierárquico	599
Artigo 67.º – Recurso hierárquico. Relações com o recurso contencioso	611

CAPÍTULO VI

Do procedimento de reclamação graciosa

Artigo 68.º – Procedimento de reclamação graciosa	626
Artigo 69.º – Regras fundamentais	633
Artigo 70.º – Fundamentos e prazo da reclamação graciosa	639
Artigo 71.º – Cumulação de pedidos	649
Artigo 72.º – Coligação de reclamantes	651
Artigo 73.º – Competência para a instauração e instrução do processo	653
Artigo 74.º – Apensação	659
Artigo 75.º – Entidade competente para a decisão	659
Artigo 76.º – Recurso hierárquico. Relações com o recurso contencioso	665
Artigo 77.º – Agravamento da colecta	671

CAPÍTULO VII

Da cobrança

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 78.º – Modalidades da cobrança	675
Artigo 79.º – Competência	676

ÍNDICE

SECÇÃO II Das garantias da cobrança

Artigo 80.º – Citação para reclamação de créditos tributários	679
Artigo 81.º – Restituição do remanescente das execuções	682
Artigo 82.º – Trespasse de estabelecimento comercial ou industrial	683
Artigo 83.º – Sujeitos passivos inactivos	684

SECÇÃO III Do pagamento voluntário

Artigo 84.º – Pagamento voluntário	686
Artigo 85.º – Prazos. Proibição da moratória e da suspensão da execução	694
Artigo 86.º – Termo do prazo de pagamento voluntário. Pagamentos por conta	700
Artigo 87.º – Dação em pagamento antes da execução fiscal	716
Artigo 88.º – Extracção das certidões de dívida	719
Artigo 89.º – Compensação de dívidas de tributos por iniciativa da administração tributária	723
Artigo 90.º – Compensação com créditos tributários por iniciativa do contribuinte.....	734
Artigo 90.º-A – Compensação com créditos não tributários por iniciativa do contribuinte.....	738

SECÇÃO IV Das formas e meios de pagamento

Artigo 91.º – Condições da sub-rogação	742
Artigo 92.º – Sub-rogação. Garantias	750
Artigo 93.º – Documentos, conferência e validação dos pagamentos	753
Artigo 94.º – Prova de pagamento	754
Artigo 95.º – Cobrança de receitas não liquidadas pela administração tributária	754

Capítulo VIII Do procedimento de correcção de erros da administração tributária

Artigo 95.º-A – Procedimento de correcção de erros da administração tributária	755
Artigo 95.º-B – Legitimidade, prazo e termos de apresentação do pedido.....	758
Artigo 95.º-C – Competência.....	760

Índice alfabético.....	763
------------------------	-----